

TENDÊNCIAS

Economia fica entre dois fogos

Brant

Crédito cortado, juros altos e mais pressões inflacionárias devem compor o novo cenário

ROLF KUNTZ

Os negócios vão ficar entre dois fogos em setembro. O Banco Central promete uma política mais severa de dinheiro escasso e caro. Ao mesmo tempo os mercados serão atingidos por pressões inflacionárias mais fortes, agravadas desde o início de agosto. O resultado poderá ser um espaço menor para o aumento do emprego e dos negócios, especialmente se o aperto no crédito continuar firme até o final do ano. A reanimação econômica anunciada por empresários e institutos de pesquisa nos últimos dias pode ter fôlego curto.

Cerca de Cr\$ 140 bilhões devem ser drenados do mercado para o Banco Central (BC) nas próximas semanas, sem contar o recolhimento, previsto para começar no dia 17, por conta do ajuste das reservas bancárias. Aproximadamente Cr\$ 90 bilhões serão enxugados em consequência das novas regras bancárias de depósito compulsório e de limitação do crédito. Outros Cr\$ 37 bilhões serão pagos no vencimento de um lote de Letras do Banco Central (LBC) vendidas a termo ao mercado financeiro. Além disso, o governo espera coletar mais Cr\$ 10 bilhões a 12 bilhões com a venda de mais um pacote de Certificados de Privatização (CP).

A grande pressão sobre os bancos poderá começar no dia 17, pois o acerto global das reservas implica um recolhimento de Cr\$ 910 bilhões. Em princípio, o acerto deverá ser feito de forma progressiva, mas "não em 10 parcelas de Cr\$ 90 bilhões", diz o diretor de política monetária do BC, Luís Eduardo de Assis. O assunto estava em discussão em Brasília, ontem. A decisão dependeria, segundo Assis, de uma avaliação do impacto sobre os bancos. Esse impacto estava sendo avaliado com base em simulações.

O aperto global dependerá também do resultado de caixa do Tesouro. O mês de agosto está sendo fechado com novo superávit, de aproximadamente Cr\$ 14 bilhões, e mais uma vez a previsão foi superada (falava-se num resultado próximo de Cr\$ 11 bilhões). A disposição exibida no Ministério da Economia é de manter-se uma política de gastos controlados.

De imediato, no entanto, a taxa de inflação deverá ser pressionada pela alta dos preços de combustíveis, pelo aumento da massa de salários (muitos trabalhadores vão embolsar o abono só no início de setembro), pelo aumento de tarifas públicas e pela provável acomodação de preços agrícolas. Em seguida haverá os efeitos da nova rodada de reajustes salariais de grandes categorias. Dinheiro curto e controle de gastos públicos tendem a funcionar como freios para os preços, mas o efeito não costuma ser imediato.